O CARÁTER FETICHISTA DAS TECNOLOGIAS: a reconfiguração das relações de trabalho e o uso das tecnologias informacionais

Gentil Cutrim Serra Junior

RESUMO: Este artigo aborda a relação entre os impactos da atual crise do sistema de acumulação capitalista e os novos meios de apropriação da força de trabalho via plataformas digitais. Busca-se, ainda, discutir o caráter fetichista das novas tecnologias informacionais, revelando que, no processo de informatização das atividades laborais, as relações de produção são apresentadas de forma enfeitiçadora, não deixando que se perceba seu caráter desigual, expropriador e explorador.

Palavras-chave: colaboração em massa; fetichismo das tecnologias; capitalismo de plataforma.

ABSTRACT: This article addresses the relationship between the impacts of the current crisis in the capitalist accumulation system and the new means of appropriating the workforce via digital platforms. The aim is also to discuss the fetishistic character of new informational technologies, revealing that, in the process of computerization of labor activities, production relations are presented in a bewitching way, not allowing one to notice their unequal, expropriating and exploiting character.

Keywords: mass collaboration; technology fetishism; platform capitalism.

1 INTRODUÇÃO

Toda sociedade é uma sociedade baseada no conhecimento, mas é a partir da década de 1970 que a ideia do surgimento de uma sociedade do conhecimento foi apresentada como novidade, na forma de um modelo de crescimento baseado no aspecto cognitivo do trabalho (PALLOIX, 2001). Porquanto, a caracterização de um novo capitalismo, com base no aumento no fluxo internacional de bens e serviços, na expansão das empresas transnacionais e em uma maior interpenetração dos mercados financeiros, remete invariavelmente à formatação de novidades tecnológicas como solucionadoras das contradições do capital (FARIAS, 2003).

No final da década de 1990, surgiu a ideia de que a indústria de produtos culturais e tecnológicos passava por uma profunda transformação em função do advento de uma nova cultura de acesso às produções intelectuais (LESSIG, 2005). Na visão de seus idealizadores, essa nova configuração produtiva estaria baseada na utilização de licenças livres, a exemplo das licenças Creative Commons (MANSOUX, 2012), e no uso de protocolos de comunicação nas redes informacionais. Assim, esse processo traria uma mudança social capaz de promover "[...] a liberdade de distribuir e modificar trabalhos criativos na forma de conteúdo livre através da Internet e de outros tipos de mídia." (MANSOUX, 2012, p. 198). Segundo a perspectiva dessa liberdade cultural e tecnológica, passou-se a viver em um ambiente social propício para a construção de um novo capitalismo, supostamente mais humano, mais democrático, solidário e colaborativo (LÉVY, 2011). Destarte, esse processo instrumentalizado pelas novas tecnologias da informação e comunicação seria capaz de viabilizar uma saída para os efeitos da crise capitalista, através da ideação de um novo modelo de produção baseado não mais na propriedade intelectual privativa, mas no livre acesso às produções intelectuais que circulam pelos espaços criados nas redes informacionais.

Com o aumento do poder de processamento de dados e a implementação de recursos de inteligência artificial, a subjetividade proveniente da interação humana nos espaços virtuais passou a fazer parte do mecanismo de produção e consumo capitalista, conforme aponta Joana Ziller (2011), ao referir-se a esse processo com o uso do termo *Produsage*. Neste sentido, a narrativa de que a sociedade estaria vivendo uma nova era coloca o trabalho informacional como parte de um conjunto de medidas resolutivas dos efeitos da atual crise capitalista.

Além disso, os novos arranjos sociais provenientes do distanciamento social, consequência da pandemia da Covid-19, açodaram o processo de informatização das atividades laborais, passando a atingir mais fortemente alguns setores da produção (educação, atendimento médico, transporte, alimentação, pesquisas científicas etc). A atual crise, de dimensões sanitária, econômica e social, provocou

impactos nas novas relações sociais de produção, permitindo a reconfiguração de alguns setores de serviços com a instalação de plataformas computacionais, a exemplo dos serviços de transporte da empresa *Uber* (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020) e dos serviços de tarefas da *Amazon Mechanical Turk* (FANEN, 2019). Essa nova configuração da produção fez surgir um tipo de trabalhador recrutado e remunerado sob uma nova lógica de supressão de direitos.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que as inovações técnicas ocupam um papel político-social, de maneira que os argumentos ideológicos, travestidos de modernidade, visam efetivamente eliminar, no discurso e na prática, o papel das classes e de suas lutas (ROMERO, 2005). Assim, pretende-se compreender em que medida os recursos informacionais têm sido inseridos como instrumentos de subordinação, lastreados de uma profunda desregulamentação do trabalho. Busca-se, nas relações de produção, os fundamentos verdadeiros da colaboração em massa e da plataformização de serviços, perseguindo uma outra proposta que substitua esse modelo produtivo, na tentativa de encontrar outros parâmetros que não sejam baseados na exploração do homem.

Este artigo está dividido em quatro seções. Após esta introdução, pretende-se abordar a relação entre os impactos da atual crise do sistema de acumulação capitalista e os novos meios de apropriação da força de trabalho via plataformas digitais. Em seguida, busca-se discutir o caráter fetichista das novas tecnologias informacionais, revelando que, no processo de informatização das atividades laborais, as relações de produção são apresentadas de forma enfeitiçadora, não deixando que se perceba seu caráter desigual, expropriador e explorador. Finalmente, apresenta-se considerações finais sobre as análises apresentadas no decorrer do texto.

2 RECONFIGURAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E O USO DAS TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS

A partir das ideias de autores como Hardt e Negri (2005), Surowiecki (2006) e Lazzarato (2003), a *pluralidade da multidão* abre espaço para uma colaboração produtiva informacional. Para esses teóricos, esse processo de colaboração multitudinária seria caracterizado pelas interações entre os sujeitos individuais, que constituem um número infinito de classes sociais, no contexto de uma hegemonia qualitativa do trabalho imaterial. São utilizadas várias denominações que tentam representar essa nova forma de organização da produção: economia da doação (ANDERSON, 2006), economia da gratuidade (LÉVY, 2011), modelo antropogenético (MARAZZI, 2007), sociedade pólen (COCCO, 2008; SILLARD, 2011).

Alguns autores utilizaram as teses da *pluralidade da multidão* para apresentar a *colaboração em massa* como uma narrativa de um novo mundo, no qual apenas os conectados às redes digitais sobreviverão (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2007). Esse novo modelo produtivo é baseado no trabalho não remunerado de usuários das redes informacionais, e já é utilizado por grandes empresas, como Boeing, BMW e Procter & Gamble (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2007).

Nesse novo capitalismo, a riqueza estaria no conjunto do trabalho social de comunicação e invenções, onde a empresa não seria mais a única produtora. Em vez disso, ela captaria uma riqueza anterior, valorizaria o que emerge espontaneamente do conjunto de trocas sociais. Para Moulier-Boutang (2007, p. 167), “A inteligência empresarial consiste a partir de então a converter a riqueza existente no espaço virtual em valor econômico.”. Assim, as empresas teriam um grande interesse na cooperação em rede, porque ela poderia oferecer-lhe melhores oportunidades de lucro, permitindo-lhe retirar lucro de uma grande quantidade de trabalho gratuito. Para Hardt e Negri (2005), esse modelo aparece como forma de projeção de mundo, na construção de um novo modelo de sociedade, capaz de fornecer melhorias ao liberalismo.

Segundo os defensores desse capitalismo de cariz informacional, a base para uma sociedade moderna, inovadora, colaborativa e descentralizada estaria na unidade entre a cooperação social e as mídias digitais, de maneira que o

funcionamento dessa sociedade emergente não se apoiaria nem nos mercados, nem na busca individual do lucro, mas no compartilhamento de bens imateriais (ABRAMOVAY, 2014; LÉVY, 2011). Essa narrativa, fundamentada na emergência de uma economia da abundância de bens imateriais (RIFKIN, 2014; ANDERSON, 2006), surgiu, não fortuitamente, no contexto das crises das últimas duas décadas. Seus autores, ao atribuírem poder transformador à ação das tecnologias, a partir do acesso livre e aberto às inovações, anunciam a solução para os problemas da sociedade, colocando as questões sociais como derivantes da escassez de recursos. Nessa concepção teórica, estaríamos diante da solução dos problemas sociais, em que a economia da abundância de bens informacionais, baseada na colaboração entre as pessoas e por meio das recentes transformações tecnológicas, permitiria a partilha com toda a sociedade dos resultados do trabalho imaterial (GORZ, 2005).

O principal encanto do modelo de produção baseado na participação de colaboradores sem vínculo empregatício surge das vantagens que as empresas obtêm ao ampliar a sua equipe intelectual sem necessariamente investir em contratação de pessoal. Isso permite ao capitalista ampliar a potência da cooperação com a colaboração de participantes do processo produtivo. À vista disso, as atividades construídas coletivamente por esses colaboradores, segundo Gorz (2005, p. 20), fazem “[...] surgir um resultado coletivo que ultrapassa as possibilidades individuais dos participantes.”, permitindo que pessoas colaborem para produzir algo que uma equipe de assalariados não seria capaz de fazê-lo sem ajuda externa.

Segundo Moulier-Boutang (2007, p. 85), nós estaríamos saindo do capitalismo industrial e entrando em um novo tipo de economia, “[...] fundada sobre a acumulação do capital imaterial, em que a difusão do saber é a regra motriz da economia do conhecimento.”. Nessa concepção, à medida que as formas do trabalho e as fontes da riqueza se modificam, o modo de produção próprio do capitalismo industrial entraria em crise. Assim, a adaptabilidade, a flexibilidade e a

criatividade, permitidas pela organização em rede, revelariam-se mais desimpedidas na inteligência coletiva, comparadas com a rigidez do taylorismo (PALLOIX, 2001).

A recentemente crise de dimensões sanitária, social e econômica gerou impactos nas relações de trabalho, em uma dinâmica de aligeiramento do processo de informatização das atividades laborais, fazendo avançar o modelo de autogerenciamento subordinado (ABILIO, 2019), no qual o trabalhador é recrutado e remunerado sob uma nova lógica de supressão de direitos (MILITÃO, 2020). Neste sentido, observa-se a reconfiguração de alguns setores de serviços, a partir da instalação de plataformas digitais, a exemplo da Uber, 99, iFood e Amazon Mechanical Turk, (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020; FANEN, 2019). A apropriação da força de trabalho sem regulamentação, via plataformas digitais, torna-se uma prática palatável para os capitalistas, ainda mais na nova configuração associada ao atual processo de financeirização, que exige uma maior exploração da força de trabalho (FARIAS, 2003; CHESNAIS, 1996).

Enquanto na colaboração em massa as empresas se apropriam de bens intangíveis produzidos voluntariamente nas redes, a especificidade das plataformas digitais é levar usuários da internet a trocarem entre si, não apenas informações e serviços no mundo virtual, mas também bens e serviços no mundo físico.

Nessa nova configuração de setores produtivos, a liberdade de trabalhar se resume basicamente à liberdade de acesso a um mercado constituído por espaços de convivência digital. Um mercado coordenado e organizado por plataformas, ou melhor, por algoritmos computacionais gerenciados por empresas capitalistas. Quer se trate de serviços de transporte, serviços domésticos ou serviços administrativos, a ligação entre o prestador do serviço (trabalhador) e o cliente é efetuada através de um aplicativo, uma plataforma online gerenciada por uma empresa (SRNICEK, 2014).

No caso da plataforma *Amazon Mechanical Turk,* clientes oferecem desafios (micro tarefas), de forma que a realização das atividades propostas é confiada a trabalhadores independentes, referenciados pela empresa Amazon (FANEN, 2019).

Plataformas como Uber e 99 se popularizaram com o transporte de pessoas, mas esse modelo já é utilizado, por exemplo, para call centers que mantém os trabalhadores desempenhando suas atividades laborais em casa, como a empresa Liveops (SCHEIBER, 2017).

Muitas dessas atividades, portanto, se enquadram em práticas de terceirização de trabalho, ou terceirização digital, destinadas a uma *multidão* de trabalhadores autônomos. Na realidade, a plataforma digital tem a particularidade de funcionar como um mercado de trabalho globalizado, onde qualquer serviço provavelmente será objeto de uma troca comercial com custos de transação relativamente baixos. As áreas de predileção para o desenvolvimento da economia da plataforma digital são justamente aquelas sujeitas a forte regulação por parte do poder público (ANTUNES, 2020).

3 O FETICHISMO TECNOLÓGICO E O CAPITALISMO COGNITIVO

As teses do capitalismo cognitivo apresentam um novo modo de produção emergente, com “[...] o trabalho da cooperação dos cérebros reunidos em rede por meio dos computadores.” (MOULIER-BOUTANG, 2007, p. 95). É nesse sentido que Benkler (2009) atribui um papel central às tecnologias, no contexto de uma colaboração informacional. Em referência à esse processo de colaboração, Tapscott e Williams (2007, p. 47) enfatiza: “Para nós, a capacidade de reunir o conhecimento de milhões (senão bilhões) de usuários de maneira auto-organizativa demonstra como a colaboração em massa está transformando a nova web em algo que não difere muito de um cérebro global.”. Colaboram também com essa perspectiva os argumentos de Takeuchi e Nonaka (2008, p. 26, grifo dos autores): “O indivíduo é o ‘criador’ do conhecimento e a organização é o ‘amplificador’ do conhecimento. [...] O grupo funciona como o ‘sintetizador’ do conhecimento.". No entanto, nesse mundo encantado, as relações de produção são encobertas pelas coisas, de forma enfeitiçadora, não deixando que se perceba seu caráter desigual, expropriador e

explorador. Quanto mais explora, mais encanta, mais esconde o fato de que a força da cooperação deixa de pertencer aos produtores, incorporando-se ao capital.

Sobre isso, Marx (2009, p. 749) já chamava a atenção ao afirmar que "[...] dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual.". Na colaboração em massa, a força produtiva do trabalho coletivo que as pessoas desenvolvem passa a ser produtividade do capital em razão do capital colocá-los lado a lado, conectados por meio de recursos informacionais. Nada custa ao capital essa força produtiva da cooperação, "[...] fica parecendo que ela é força produtiva natural e imanente do capital." (MARX, 2008, p. 386). Por isso, é necessário decifrar as relações e condições encantadoras, quebrar o feitiço, profanar. É necessário ainda compreender que o ser social se presta aos poderes do fetiche porque tem na sua estrutura os elementos do fetichismo, em razão de ser uma combinação de subjetividade e objetividade.

O fetichismo como coisificação diz respeito à estrutura como inerente ao ser social porque a própria estrutura se presta a isso, é imanente. Mas também é de consciência social porque as pessoas passam a se relacionar através das coisas e esquece a sua humanidade, desumanizando-se. No caso do objeto em análise, quem é contra os recursos tecnológicos? Esse tipo de produto aparece como a melhor forma de atender determinadas necessidades sociais que a humanidade tem. Nesse sentido, afirmar a dimensão da riqueza material que aquilo representa, ocultando as relações sociais – ocultação da riqueza social pela riqueza material –, é aqui colocada como fetichismo.

O fetichismo, enquanto coisificação, é a ocultação da dimensão social da coisa, é a desumanização das relações entre os homens. Ele diz respeito somente à necessidade social imediata do consumo, do uso da coisa, da utilização da coisa etc. Enfim, a questão não é ignorar as invenções realizadas pela humanidade ou o poder da cooperação, mas demonstrar aqui que, além da apropriação da força produtiva do trabalho social do assalariado, feita pelo capital, na colaboração em

massa, o colaborador (não remunerado) também é utilizado como organismo vivo que acrescenta novas potências sociais à capacidade de trabalho dos assalariados. Destarte, esse caráter coletivo e coordenado do trabalho aumenta a capacidade produtiva duplamente, com a velha força da cooperação entre os assalariados (MARX, 2008), agora potencializada por uma nova força que surge das contribuições gratuitas. Enfim, a conexão entre seus trabalhos aparece como plano, como poder de uma vontade alheia aos que de fato produzem, que subordina a ação dos trabalhadores e voluntários ao interesse do capital.

Por meio de uma visão imediatista, sem analisar as estruturas do fenômeno em questão, muitos autores imaginam que, na medida em que o modelo de produção colaborativa se desenvolve, com o apoio das empresas privadas, ele faz suprimir paulatinamente o *lado mau* do modelo tradicional de produção: a propriedade privada (STALLMAN, 2010). Nessa visão, isso geraria ganhos para toda a sociedade, abrindo espaço para um capitalismo solidário e colaborativo (HERTZ, 2010), num contexto de uma economia de abundância de bens (RIFKIN, 2014; ANDERSON, 2006). Para alguns teóricos, estaríamos diante de um movimento de caráter não-mercantil (APGAUA, 2004), ingressando em um comunismo informacional (HENNEBEL, 2001), destinado a favorecer o interesse geral em detrimento dos interesses do mercado. Corsani (2003, p. 27) defende que estaríamos passando de um "[...] regime de reprodução a um regime de inovação [...]", apoiado na ideia de que não estamos mais no domínio da economia de bens escassos, mas "[...] no registro dos fluxos de bens imateriais não-rivais.". Por sua vez, os autores Lima e outros (2009) apresentam sua concepção de um panorama das novas relações entre as formas de organização social da produção econômica, ao analisar a emergência do trabalho imaterial e seu caráter colaborativo em rede. Para eles, os produtos do trabalho imaterial, imediatamente sociais, configuram um compartilhamento comum que seria base para a própria produção. Eles entendem ainda que as modalidades baseadas na dádiva fogem aos paradigmas

economicistas e utilitaristas do capitalismo, tornando-se um paradigma do dom (MAUSS, 2003).

Os pressupostos da ideologia da emergência de uma nova economia, que repousam, sobretudo, na expectativa da aceleração dos ganhos de produtividade vinculados às novas tecnologias, apresentam a desmaterialização da produção como condição necessária a um crescimento maior e mais estável da economia em crise. Embora essa ideologia não seja capaz de apresentar "[...] nenhuma solução tecnológica para as contradições do capitalismo." (HUSSON, 2002, p. 9), seus falsos argumentos cooperam na construção desse novo modelo de desenvolvimento, de tipo cognitivo. Nessa visão, esse modelo colaborativo informacional tem como princípio a primazia ao progresso técnico no seio de uma sociedade do futuro, situada na mundialização e para além do fordismo, tentando excluir "[...] a dinâmica da luta de classes do processo de mundialização neoliberal." (FARIAS, 2003, p. 142).

Na suposição de que a medida da acumulação ocorre agora na dimensão do conhecimento acumulado no trabalho e não mais em termos de tempo de trabalho socialmente necessário, esse novo regime tenta colocar os bens imateriais (a informação, o conhecimento e o trabalho intelectual) como nova fonte do excedente. Nesse sentido, as inovações científicas e técnicas, enquanto forças produtivas, passariam a ter primazia na produção de riquezas, onde as interações entre as pessoas seriam capazes de fazer surgir "[...] uma sociedade do conhecimento, da informação, das competências, dos saberes, da cooperação, das externalidades." (PALLOIX, 2001, p. 279).

Não há dúvida de que há uma importante mudança em curso. A crise estrutural do capital, com a ativação dos seus limites absolutos (MÉSZÁROS, 2009), tem imposto mudanças importantes na reprodução da sociedade capitalista. A novidade, ao analisar o atual estágio da reestruturação produtiva, está no fato de o capital engajar pessoas não remuneradas, por meio da colaboração em massa, pondo para trabalhar a vida e as pessoas, para além da fronteira da fábrica (SERRA

JÚNIOR, 2015) e, ainda, a pôr em movimento um grande exército de trabalhadores recrutados e remunerados por plataformas digitais. No entanto, nem mesmo o anúncio desse novo capitalismo, baseado numa revolução informacional (LOJKINE, 1995), dotada de cooperação em amplitude global, será capaz de superar as múltiplas contradições do capital.

4 CONCLUSÃO

No decorrer da análise aqui apresentada, um dos pressupostos utilizados é de que o discurso do surgimento de um novo capitalismo, em meio às recentes crises do sistema capitalista, é mais uma das inúmeras tentativas de uma revolução passiva, com inspiração no ideário neoliberal. É, portanto, mais uma contrarreforma, na tentativa de conter os efeitos da queda da taxa de lucro. Deste modo, deve-se considerar que existe uma reestruturação produtiva, no contexto de uma crise estrutural e que, para tanto, é necessário analisar o que tem de específico no atual momento dessa reestruturação. Ao analisar o debate hegemônico a respeito da colaboração em massa e do capitalismo de plataforma, podemos observar que seus elementos conceituais terminam por desviar a atenção ora para o simbolismo das relações sociais, ora para uma certa neutralidade do desenvolvimento das forças produtivas. Dessa maneira, esvaziam os debates sobre os verdadeiros fenômenos ocorridos a partir das relações sociais de produção, desprezando assim a totalidade social.

Como fetiches, os recursos informacionais se inserem como uma nova forma de subordinação, exigindo a desregulamentação do trabalho, obscurecendo o fato do capital estar em busca da recomposição da taxa de lucro no contexto de uma intensa luta contra a classe trabalhadora. Precisa-se, portanto, avistar a luta de classes, a luta política nesse processo, visando superar as relações de dominação determinadas pelo capitalismo, isto sim é emancipador.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. 2019 . Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo .php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 ago 2021.

ABRAMOVAY, R. Uma economia da abundância nasce da 'internet das coisas'. Observatório da Imprensa, n. 799, mai 2014.

ANDERSON, C. A Cauda Longa: do mercado de massa para o mercado de nicho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.) Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.) Uberização, tabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

APGAUA, R. O linux e a perspectiva da dádiva. Horizontes Antropológicos, scielo, v. 10, p. 221 – 240, 2004.

BENKLER, Y. La Richesse des réseaux: marchés et libertés à l'heure du partage social. Lyon - França: Presses universitaires de Lyon, 2009.

CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital: Tradução: Silvana finzi foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COCCO, G. Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. In: Salvador: EDUFBA, 2008. cap. Trabalho sem Obra, Obra sem Autor: a Constituição do Comum, p. 9–30.

CORSANI, A. Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação. In: Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. cap. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo, p. 15–32.

FANEN, Sophian. Dans la peau des ouvriers invisibles d'internet. Les Jours. Working class robot. 2019. Disponível em:

https://lesjours.fr/obsessions/amazon-turkers-travail/ep1-amazon-mechanical-turk/. Acesso em: 11 ago 2021.

FARIAS, F. B. de. A economia política do financeiro. Revista de Políticas Públicas/Universidade Federal do Maranhão, Unidade de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luís, v. 7, n. 2, p. 141–174, jul-dez 2003.

GORZ, A. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

HARDT, M.; NEGRI, A. Multidão. [S.l.]: Record, 2005.

HENNEBEL, L. Proprieté intellectuelle versus «communisme informationnel». Actuel Marx, n. 29, p. 79–94, jan 2001.

HERTZ, N. O capitalismo gucci chegou ao fim. Revista Época, p. 54–57, fev 2010. Entrevista concedida a José Fucs.

HUSSON, M. 2001, ou a grande reviravolta conjuntural. Revista do Instituto de Estudos Socialistas (Revista Outubro), n. 7, p. 7–22, 2002.

LAZZARATO, M. Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação. In: Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. cap. Trabalho e capital na produção dos conhecimentos: uma leitura através da obra de Gabriel Tarde, p. 61–82.

LESSIG, L. Cultura Livre: Como a Grande Mídia Usa a Tecnologia e a Lei Para Bloquear a Cultura e Controlar a Criatividade. São Paulo: Trama, 2005.

LÉVY, P. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LIMA JÚNIOR, J. A. P. et al. EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E RECURSOS TECNOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO: A REALIDADE DA ESCOLA. Dissertação (Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Docência Universitária) — FAE Centro Universitário, Curitiba, 12 2012.

LOJKINE, J. A Revolução Informacional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MANSOUX, A. Copyfight: Pirataria & cultura livre. In: [S.l.]: Azougue editorial, 2012. cap. Livro como queijo – confusão artística acerca da abertura, p. 195–214.

MARAZZI, C. L'ammortanento-del-corpo-macchina. Multitudes, n. 27, 2007.

MARX, K. O capital: crítica da economia política, livro 1: processo de produção do capital - livro i. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do sr. Proudhon. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 272 p.

MAUSS, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536 p.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. 136 p.

MILITÃO, Bruno. Pandemia da covid-19 acentuou precarização das relações de trabalho. Jornal da USP, 20 jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/pandemia-da-covid-19-acentuou-precarizacao-das-relacoes-de-trabalho/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

MOULIER-BOUTANG. Le capitalisme cognitif. Paris: Éditions Amsterdam, 2007.

PALLOIX, C. Vers un capitalisme cognltlf. In: Paris: L'Harmattan, 2001. cap. Pósfacio, p. 277–283.

RIFKIN, J. The Zero Marginal Cost Society: The Internet Things, the Collaborative Commons, and the Eclipse of Capitalism. [S.l.]: Palgrave MacMillan, 2014.

ROMERO, D. Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 248 p.

SCHEIBER, Noam. How Uber Uses Psychological Tricks to Push Its Drivers' Buttons. The New York Times. Disponível em: https://www.nytimes.com/interactive/2017/04/02/technology/uber-drivers-psychological-tricks.html. Acessado em 21 ago. 2021.

SERRA JÚNIOR, Gentil. O FETICHISMO DO SOFTWARE LIVRE NO ATUAL ESTÁGIO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA. Doutorado em Políticas Públicas (Tese de doutoramento) — Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, jan 2015.

SILLARD, B. Maîtres ou esclaves du numérique: 2049: Internet, notre second cerveau. Paris: Groupe Eyrolles, 2011. 246 p.

STALLMAN, R. M. Free Software, Free Society: Selected Essays of Richard M. Stallman. 2. ed. Boston (EUA): GNU Press, 2010.

SRNICEK, Nick. Capitalismo de plataformas. Caja Negra Editora, 2014.

SUROWIECKI, J. A sabedoria das multidões. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. Gestão do conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A. WIKINOMICS: COMO A COLABORAÇÃO EM MASSA PODE MUDAR O SEU NEGÓCIO. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

ZILLER, Joana. Qualidade da informação e produsage: semiótica, informação e o usuário antropofágico. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2011.